CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº. 11/2024

AUTORIA: Executivo Municipal

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, como específica.

NARRATIVA DE PARECER

O presente parecer tem por objeto o projeto de lei nº. 11 de 2024, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, alienado por força da lei municipal nº. 142, de 2 de dezembro de 2015, localizado no Parque Industrial Galan, objeto da matrícula nº. 20.761, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Apucarana.

A exposição de motivos do projeto esclarece que a empresa recebeu em 2015, por intermédio do Programa de Desenvolvimento Econômico de Apucarana – PRODEA, o imóvel constituído pelo lote de terras sob nº. 01/02/03-E (um/dois/três-E), subdivisão do lote de terras nº. 01/02/03, da quadra 02 (dois), com área total de 5.128,15 m², localizado no Parque Industrial Galan, destinado à atividade econômica de holdings de instituições não financeiras.

No que tange à solicitação da empresa a fim de escriturar e registrar o imóvel sem restrição, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, observou o cumprimento dos requisitos constantes na legislação municipal pertinente e emitiu parecer favorável, embasado tanto na adesão às obrigações legais como na realização dos objetivos da empresa em relação à geração de empregos e ao estímulo ao desenvolvimento das atividades econômicas em Apucarana.

Compete a esta Comissão de Justiça, Legislação e Redação, nos termos dos artigos 41 e 45 do Regimento Interno desta Casa, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeta aos direitos legais.

No tocante à constitucionalidade, formal e material, não vislumbramos vício no projeto. Na mesma direção, a iniciativa não merece reparos no que toca à sua juridicidade e regimentalidade.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei nº. 11 de 2024, deixando o mérito ao plenário decidir.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das comissões, 23 de fevereiro de 2024.

Valdeir Tiago Batista Cordeiro de Lima
PRESIDENTE

Mauro Bertoli
RELATOR

Antonio Garcia
SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº. 11/2024

AUTORIA: Executivo Municipal

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, como especifica.

NARRATIVA DE PARECER

O presente parecer tem por objeto o projeto de lei nº. 11 de 2024, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, alienado por força da lei municipal nº. 142, de 2 de dezembro de 2015, localizado no Parque Industrial Galan, objeto da matrícula nº. 20.761, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Apucarana.

A exposição de motivos do projeto esclarece que a empresa recebeu em 2015, por intermédio do Programa de Desenvolvimento Econômico de Apucarana – PRODEA, o imóvel constituído pelo lote de terras sob nº. 01/02/03-E (um/dois/três-E), subdivisão do lote de terras nº. 01/02/03, da quadra 02 (dois), com área total de 5.128,15 m², localizado no Parque Industrial Galan, destinado à atividade econômica de holdings de instituições não financeiras.

No que tange à solicitação da empresa a fim de escriturar e registrar o imóvel sem restrição, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, observou o cumprimento dos requisitos constantes na legislação municipal pertinente e emitiu parecer favorável, embasado tanto na adesão às obrigações legais como na realização dos objetivos da empresa em relação à geração de empregos e ao estímulo ao desenvolvimento das atividades econômicas em Apucarana.

Compete a esta Comissão de Finanças, Economia e Orçamento, manifestar-se sobre o mérito e emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e as que direta ou indiretamente alterem a receita ou a despesa do município, acarretem responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito público, neste ato, corresponde permissão de registro e escritura, sem restrições, para a TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A.

No tocante à constitucionalidade, formal e material, não vislumbramos vício no projeto. Na mesma direção, a iniciativa não merece reparos no que toca à sua juridicidade e regimentalidade.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei nº. 11 de 2024, deixando o mérito ao plenário decidir.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das comissões, 23 de fevereiro de 2024.

Mauro Bertoli
PRESIDENTE

Antonio Garcia
RELATOR

Valdeir Tiago Batista Cordeiro de Lima
SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PROJETO DE LEI Nº. 11/2024

AUTORIA: Executivo Municipal

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, como específica.

NARRATIVA DE PARECER

O presente parecer tem por objeto o projeto de lei nº. 11 de 2024, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a conceder permissão à empresa TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A, para registrar e escriturar, sem restrições, imóvel, alienado por força da lei municipal nº. 142, de 2 de dezembro de 2015, localizado no Parque Industrial Galan, objeto da matrícula nº. 20.761, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Apucarana.

A exposição de motivos do projeto esclarece que a empresa recebeu em 2015, por intermédio do Programa de Desenvolvimento Econômico de Apucarana – PRODEA, o imóvel constituído pelo lote de terras sob nº. 01/02/03-E (um/dois/três-E), subdivisão do lote de terras nº. 01/02/03, da quadra 02 (dois), com área total de 5.128,15 m², localizado no Parque Industrial Galan, destinado à atividade econômica de holdings de instituições não financeiras.

No que tange à solicitação da empresa a fim de escriturar e registrar o imóvel sem restrição, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, observou o cumprimento dos requisitos constantes na legislação municipal pertinente e emitiu parecer favorável, embasado tanto na adesão às obrigações legais como na realização dos objetivos da empresa em relação à geração de empregos e ao estímulo ao desenvolvimento das atividades econômicas em Apucarana.

Compete a esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, manifestar-se sobre o mérito das proposições e assuntos referentes à economia urbana e rural, ao fomento da produção agrícola e ao cadastro rural do município, assuntos que regulem o comércio, a indústria e o abastecimento do município ou que atinjam, direta ou indiretamente, suas atividades, alienação ou doação de terrenos para implantação de novas indústrias ou comércios, concessão de incentivos fiscais e direitos do consumidor, neste ato, corresponde permissão de registro e escritura, sem restrições, para a TREVO EMPRESA DE PARTICIPAÇÕES S/A.

No tocante à constitucionalidade, formal e material, não vislumbramos vício no projeto. Na mesma direção, a iniciativa não merece reparos no que toca à sua juridicidade e regimentalidade.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei nº. 11 de 2024, deixando o mérito ao plenário decidir.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das comissões, 23 de fevereiro de 2024.

Mauro Bertoli
PRESIDENTE

Rodrigo Lauer Lievore "Recife"
SECRETÁRIO

Valdeir Tiago Batista Cordeiro de Lima
RELATOR